

RIQUEZA E ESCRAVIDÃO EM SERGIPE DEL REY (1800-1840): TRABALHO E PATRIMÔNIO DURANTE A ASCENSÃO DA LAVOURA AÇUCAREIRA

Erike Adriane Lima Correia¹

Resumo: A Capitania de Sergipe Del Rei, em seus primórdios, baseava sua economia no setor de abastecimento alimentício, com foco na produção de farinha, mandioca e criação de gado, sendo seu principal mercado exportador a Cidade da Bahia (Salvador). A entrada de Sergipe na economia açucareira ocorreu tardiamente, com os primeiros engenhos surgindo nos séculos XVI e XVII, mas foi somente na segunda metade do século XVIII que essa atividade se consolidou. Este trabalho tem como objetivo traçar um panorama da composição e distribuição da riqueza na Capitania de Sergipe Del Rei, além de analisar as principais características da força de trabalho empregada nas diversas atividades econômicas da região. Tais pontos serão abordados em consonância com o desenvolvimento da economia local, alinhada à expansão dos mercados mundiais entre o final do século XVIII e o século XIX.

Palavras-chave: Riqueza; escravidão; inventários post-mortem; mão de obra escrava.

A capitania de Sergipe Del Rei em seus primórdios detinha como base de atuação econômica o setor de abastecimento alimentício, com foco na produção de farinha, mandioca e criação de gado, tendo como principal mercado exportador a Cidade da Bahia (Salvador) que era capital administrativa da colônia. A entrada da Capitania de Sergipe Del Rei na economia açucareira se deu tardiamente embora

¹ Graduando pela Universidade Federal de Sergipe,
e-mail para contato: limacorreiamagisterio@gmail.com

nos séculos XVI e XVII pudesse ser contado um ou outro engenho, só na segunda metade do século XVIII a economia açucareira se firmou.

A arranjo da laboração nos engenhos em Sergipe Del Rey não escapou à norma colonial com seu predomínio do cativo negro. Esta proposição de pesquisa sobre a economia sergipana, no início do século XIX (1800-1840), busca compreender a composição da mão-de-obra escrava com seus termos e designações, grupo que era parte significativa da organização de trabalho. Tal objetivo pode ser respondido através da investigação em inventários post-mortem, um fundo documental relativamente abundante para o passado sergipano no período que nos interessa.

As linhas gerais do perfil da força de trabalho escrava e sua evolução nas décadas consideradas são fatores básicos para o projeto global que visa analisar a evolução econômica de Sergipe durante a constituição da lavoura açucareira. Além disso, uma caracterização geral da população escrava empregada nas atividades econômicas de Sergipe oferece balizas mínimas para estudos de História Social e Cultural que se ocupem da escravidão.

O presente artigo visa traçar um panorama da composição e distribuição da riqueza na capitania de Sergipe Del Rei, bem como aferir as principais características da força de trabalho empregada nas diversas atividades econômicas desenvolvidas na região. Ambos os objetivos remetem aos desenvolvimentos da economia local em sintonia com os ritmos dos mercados mundiais, em expansão desde o final do século XVIII e ao longo do século XIX. Para perscrutar essas questões, objetiva-se, no âmbito limitado dessa pesquisa:

- 1) Levantar nos inventários post-mortem do recorte estabelecido características da descrição e avaliação dos escravos, tais como nome, gênero, idade, cor, origem, especialização e condições de saúde, laços familiares;
- 2) Produzir e alimentar um banco de dados com os dados obtidos;
- 3) Analisar as características dos escravos, a composição dos planteis e sua variação regional.

Analisar os inventários orfanológicos encontrados no Arquivo Geral do Judiciário nos coloca defronte às relações sociais, econômicas e de trabalho existentes em nosso recorte espacial. O presente trabalho tem por objetivo computar a mão-de-obra escrava alistada nos inventários, e analisar suas características.

Com a leitura dos inventários post-mortem podemos visualizar acerca dos escravos lotados na província de Sergipe Del Rey, suas origens, se eram nascidos no Brasil ou vindos do continente africano, o que nos apresenta uma gênese da população afro-sergipana. Através das idades podemos verificar as probabilidades de reprodução interna, diante a quantidade de crianças, com o número de adultos o potencial da economia, vide a importância de mão-de-obra ativa para a produção, e, com a expressão de cativos na terceira idade pode-se sentir o empobrecimento senhorial por conta do não reabastecimento com novos escravos.

Os inventários nos permitem ter acesso às condições de saúde bem como as aptidões para o trabalho, apresentando pistas do possível tratamento dado aos cativos, como também os ofícios por eles executados. Outro dado importante neste tipo de documento são os preços atribuídos aos escravos, algo que nos coloca frente à avaliação do potencial de trabalho e que pode nos apresentar uma imagem de como os recortes gênero, idade, origem, condições físicas e ofícios produziam os valores dentro do sistema escravista.

Como uma fonte que apresenta uma acautelada descrição dos elementos materiais, os inventários orfanológicos trazem a possibilidade de conhecer o conjunto de bens materiais arrolados em um patrimônio familiar². Conhecimento que nos coloca a frente da cultura material do passado, porém é necessário salientar que esse relato pode apresentar certas deformidades, por conta do espaçamento temporal entre o falecimento dos inventariados e a feitura e conclusão do processo, algo percebido, em alguns casos, nas leituras documentais efetuadas. Porém tal preocupação não desvia a tamanha importância e o valor simbólico de tal fonte, a qual será descrita a seguir.

2 VILAÇA, Olanda. Podemos conhecer os patrimônios móveis através dos inventários orfanológicos?: os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII-XIX). Universidade de Coimbra, p. 246, 2017.

Este documento é repartido em duas ações, a avaliação dos bens, em um primeiro plano, intitulando, descrevendo e dando-lhes os valores atribuídos à época, em um segundo momento, a partilha. Na abertura do processo encontramos os nomes do inventariado e inventariante, bem como o nome das autoridades responsáveis, temos acesso ao ano de falecimento e de abertura do documento, local de moradia³. A seguir há o arrolamento de todos os bens encontrados em nome do falecido, após essa catalogação temos a soma total dos valores com a nomenclatura de Monte-Mor, elemento que apresenta a riqueza bruta acumulada até o ato de feitura do documento.

Após o encontro do Monte-Mor inicia-se o cálculo do Auto de Partilha, onde debita-se do Monte-Mor as dividas passivas (dividas a pagar) e as custas do inventário, em alguns casos as custas do velório são acrescentadas neste cálculo, para daí encontrar-se o Monte Partível. Que é dividido em 50% como Quinhão dos herdeiros e 50% como Justa, valor entregue ao cônjuge, após esse computo é efetuada a devida repartição dos bens.

Para a organização dos dados recolhidos adotamos uma ficha catalográfica, onde foram registrados os seguintes dados: Nome; Inventariante; Relação; Local; Data de abertura; Falecimento; Outras informações relevantes; Herdeiros; Bens Móveis (dividido em jóias e metais, ferramentas, vestuário, mobiliário e outros); Rebanho (dividido em bovinos, muares, cavalares, bois de carro, porcos e ovinos); Dinheiro; Ações; Estoque de loja; Sociedades; Escravos (retirando os nomes, idades, origem, filiações, especificações e valores); Bens de raiz; Dividas ativas e passivas; Equipamentos e benfeitorias; Produção; Dotes. Anotamos também os valores encontrados no cálculo do Auto de Partilha com os seguintes tópicos: Data; Monte Mor; Custas; Funeral; Monte Liquido; Monte Partível; Meação; Quinhão dos herdeiros; Terça. Com as leituras documentais efetuadas, foram observados o arrolamento de bens móveis e imóveis através de inventários post-mortem com o recorte temporal que vai de 1800 a 1840. O que fomentou a produção das tabelas, gráficos, figuras e mapas que serão apresentados a seguir.

3 GARVAZO, Juliana. Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887. Universidade de São Paulo, p. 73, 2006.

Tabela 1.1: Designativos de cor e origem dos escravos inventariados em Sergipe, por década

DESIGNATIVO	1800-10	1811-20	1821-30	1831-40
Total	N = 819 (100%)	N = 1503 (100%)	N = 1468 (100%)	N = 1179 (100%)
crioulo	32,5	31,3	38,1	33,4
cabra	0,5	2,6	2,1	2,1
mestiço	16,5	11,0	10,6	8,1
mulato	12,0	12,4	15,9	16,0
pardo	0,0	0,2	0,4	0,5
angola	15,6	6,2	10,4	7,5
benguela	0,6	0,4	0,3	0,0
camunda	0,0	0,1	0,0	0,0
cassange	0,0	0,0	0,2	0,0
congo	0,4	0,3	0,5	0,1
rebolo	0,0	0,0	0,2	0,0
benim	0,0	0,1	0,1	0,0
bomar	0,0	0,0	0,1	0,0
da Costa ou do Gentio da Guiné	0,4	0,2	0,1	0,2
dará	0,0	0,1	0,0	0,0
fula	0,1	0,0	0,0	0,2
gangá	0,0	0,1	0,0	0,0
gegê	3,9	2,2	1,4	0,6
hauçá	0,0	0,4	0,4	0,0
mina	1,2	0,2	0,9	0,0

mundubis	0,0	0,1	0,0	0,0
nagô	0,4	0,2	1,1	1,4
São Tomé	0,1	0,0	0,0	0,0
moçambique	0,0	0,1	0,7	0,0
nação/preto/negro	0,5	0,1	0,5	1,5
não inf.	15,4	32,0	16,0	28,5

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Na Tabela 1.0 temos as designações encontradas nas fontes analisadas efetuando um recorte por década para cada uma. Em um primeiro olhar temos nos designativos “Crioulo” (nascidos em terras brasileiras) e “Angola” as maiores porcentagens, nas décadas de 1800-1810 (32,5% para Crioulos e 15,6% para Angolas) e 1831-1840 (33,4% para Crioulos e 7,5% para Angolas) o que demonstra o contexto sergipano com porcentagens de indivíduos escravizados nascidos em território nacional maiores que os raptados do continente africano, o que denota uma reprodução interna já no fim do século XVIII e uma diminuição da comercialização de escravos Centro-Africanos para o final de meados do século XIX. A seguir apresentamos os significados e/ou representações dos designativos encontrados nas documentações de acordo com alguns autores.

As designações entre as camadas da população eram usadas na maioria das vezes para caracterizar escravizados e libertos. Em algumas áreas e períodos, o termo preto foi utilizado para os africanos trazidos do além-mar. “Pardo” e “mulato” eram designações provavelmente correlatas, por não haver critérios usados para distinção. Tanto mulato ou cabra, designações animais advindas e utilizadas nas línguas ibéricas, significando efeito de misturas de povos diversos, estruturava o cenário escravocrata e o caldeamento biológico-cultural das sociedades américa-portuguesas e américa- espanholas⁴. O termo mestiço, de origem latina, era pouco utilizado a partir do século XII e foi amplamente empregado no Mundo Novo.

4 Idem, pp.215-217

Inicialmente, servia para especificar descendentes de ibéricos e indígenas, no decorrer do tempo o termo contemplou todos os filhos de uniões mistas⁵.

A designação de pardo não apagava a ascendência africana e nem revogaria as restrições civis, mas já diferenciava em relação aos segmentos escravizados e libertos. Assim, o termo pardo seria preferencial para indivíduos livres com ascendência africana⁶. Para Douglas Cole Libby, o termo pardo poderia ser mais amplo no que toca à diversidade das tonalidades de pele e, implicitamente, uma referência ascendente com o cativo. Para o autor, o pardo foi introduzido primando uma tonalidade mais clara demonstrando sua ascendência europeia, vindo à tona a partir de relações mistas. O que pode definir os status são as alterações contínuas do fenótipo e eventualmente a mobilidade social. Libby concorda que as representações poderiam se carregar de significados de identidade racial e posição social. No entanto, alerta que é preciso estar atento para variações no vocabulário empregado ao longo do tempo e no espaço, algumas das quais continuariam pautadas em conceitos de natureza racial ou étnica⁷.

Segundo Hebe Mattos e Sheila Faria, o termo “crioulo” não seria empregado além da primeira geração dos filhos de africanas no Brasil, preponderante no meio historiográfico brasileiro⁸. Porém, Douglas Cole Libby sublinha a necessidade de afirmar a complexidade das representações em diversos lugares da colônia ao longo dos anos. O autor demonstra, através dos registros paroquiais das Minas Setecentista, que o designativo “crioulo” corresponde a negros nascidos no Brasil, filhos de nativos, africanos ou ambos, não importando a geração (LIBBY, 2010, p.10). Outro termo empregado nesses processos de mestiçagens foi o de cabra. Segundo França Paiva, como qualidade, o termo cabra foi muito utilizado no Brasil

5 Idem, p.181.

6 MATOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.16 e ss.

7 LIBBY, D. C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: Paiva, E. F.; Ivo, I. P.; Martins, I. C. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p.41-62.

8 MATOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

no século XVIII, resultante do caldeamento entre africanos e indígenas⁹. Já para Libby, referindo-se ao século XVIII e às primeiras décadas do século XIX nas Minas, o qualificativo “cabra” seria designado aos indivíduos gerados de origens mistas, pardo e/ou mulato com crioulo e/ou africano¹⁰.

Essa heterogeneidade de designações e qualificações, mostra a diversidade e a dificuldade de qualquer tipo de padronização do emprego de categorias de mestiçagem entre os escravos nativos do Brasil. As simplificações e procedimentos generalizantes que ocorrem sobre as hierarquizações e classificações sociais na historiografia da escravidão nos distanciam das realidades plurifacetadas e múltiplas.

Os significados e nomenclaturas de referência dadas aos escravos africanos, chamadas de “nações”, por sua vez, estavam relacionados a percepção de reconhecimento coletivo, construído, simultaneamente, pelas potências ultramarinas europeias no seu processo de conhecimento do litoral africano dos séculos XVI ao XIX, como também por questões geográficas como pontos de venda e embarque do contingente populacional escravizado.

No termo “nações” perpassam dois aspectos impostos às nomenclaturas decorridas dessa palavra no contexto do tráfico de escravos no Oceano Atlântico. De início temos o “etnônimo”, com o qual os indivíduos de um grupo se auto afirmam por designada alcunha, sendo, assim, uma denominação interna. Em seguida, temos a denominação “metaétnica”, que são titulações impostas por indivíduos de fora do grupo.

Os significados contidos em cada designação de origem africana não são engessados por conta da nova realidade a qual os indivíduos escravizados são inseridos. Sendo desligados de suas comunidades originais, as denominações metaétnicas poderiam ser assimiladas e passar ser etnônimos, tanto por uma questão

9 PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.205.

10 LIBBY, D. C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: Paiva, E. F.; Ivo, I. P.; Martins, I. C. (Org.). Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais. São Paulo: Annablume, 2010, p.41-62.

de ressignificação identitária como artifício de fluidez dentro do sistema colonial escravista¹¹. De acordo com as nomenclaturas encontradas nas documentações estudadas, apresentaremos a seguir sobre o que versam essas denominações de acordo com alguns autores.

Segundo Luis Nicolau Parés o termo ‘mina’ no princípio do seu uso detinha a definição ligada a cativos embarcados no Forte de São Jorge da Mina, no séc. XVI, que estava localizado na Costa do Ouro, atual Gana. Desta mesma localidade também vinham os indivíduos intitulados “da costa” ou “gentio da guiné”. Este último, ao decorrer do tempo, ampliou seu domínio semântico até quase se transformar em sinônimo de africano.¹¹ Agregados ao termo “mina” temos os escravos intitulados “benim” pelo motivo do posicionamento geográfico, pois eram embarcados na baia do Benim, pertencente ao reino do Daomé, por conta da identificação de toda área litoral da Costa do Ouro passando ao leste da atual Nigéria e baia do Benim como Costa da Mina¹². Nesses casos, como em muitos outros, a identificação do porto de embarque onde escravos eram comprados e vendidos era repassado como a nação de onde os indivíduos eram originários. Porém, é necessário salientar que essas pessoas poderiam ter procedências bem diversas visto que poderiam vir de partes mais interioranas da África Ocidental. Decorrente das dinâmicas e fluxos do tráfico de escravos no decorrer dos séculos, as nomenclaturas poderiam em determinados momentos designar outras etnias. Os “minas”, por exemplo, na passagem do séc. XVIII para o XIX poderiam ser também indivíduos embarcados em Aneho (ou Pequeno Popo) e em outros portos da área ocidental do rio Mono¹³.

Por conta do início de uma Jihad (guerra islâmica) com a liderança “fula” (fulani) de Shehu Usman dan Fodio (ou Xequê dan Fodio) contra o rei Yunfa de Gorbir, os entrepostos negreiros da baia do Benim receberam um enorme contingente de cativos de guerra de ambos os lados.¹⁴ Os fula (ou fulani) em alguns

11 PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé, história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, pp.23-26.

12 KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850. Ed. Companhia das letras, p.64 São Paulo, 2000.

13 PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé, história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p.27.

registros poderiam estar adicionados aos mina pelo seu compartilhamento da religião islâmica e dos portos de embarque, o que nos apresenta uma base para a unificação dos escravos mulçumanos no Brasil, como o caso do Rio de Janeiro no séc XIX, estudado pela historiadora Mary Karasch¹⁴. O grupo étnico “haussá”, chegado ao Brasil entre os séculos XVIII e XIX vindos dos portos da Costa da Mina, tinha em sua designação o sentido de africano islamizado, sendo até sinônimo de “malê”, terminologia que englobava os povos malinkis, aqui no Brasil chamados de “mandingas”, e os “tapas”¹⁵.

Os “nagô” (anagô ou anagono) era o etinômio de um grande grupo de fala iorubá residente na região do Egbado, na atual Nigéria, que se disseminou por alguns trechos da atual República do Benin, para os seus circunvizinhos, os daomeanos, na língua fon, essa denominação possuía um sentido depreciativo para englobar uma série de povos falantes iorubás que estavam sob a influencia do reino de Oyo. Os mercadores de escravos apropriaram-se do uso termo efetuado pelos daomeanos, o que o fez ser deslocado para o Brasil e seu sentido reducionista e aglutinador preservado¹⁶.

Os “jeje”, foram um grupo étnico minoritário entre os daomeanos, estabelecidos provavelmente na região onde se encontra a atual cidade de Porto Novo. Devido as dinâmicas impostas pelo tráfico de escravos, foram incluídos uma diversidade de grupos étnicos da área “gbe-falante” a está terminologia, como os “mudunbi” (foi encontrado o registro de um indivíduo com essa denominação em um inventário post mortem), “mahi”, “savalu” entre outros. Em território brasileiro esses grupos incluídos receberam a alcunha de “jeje”, o que denota uma questão metaétnica¹⁷.

14 KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850. São Paulo: Companhia das letras, 2000, pp.64-65

15 EIS, João José. Rebeliões escravas no Brasil: A história dos levantes dos Malês em 1835. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, pp.111-116.

16 PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé, história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

17 PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé, história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p.38.

Adentrando a África Central, Mary C. Karasch nos aponta os significados de outras designações africanas bastante comuns em Sergipe. Os “congo” eram advindos da grande rede comercial do rio Zaire. Outros grupos também exportados dessa mesma região eram agregados a este termo, como os “bacongos” vindos do Norte de Angola e Sul do Zaire (atual República Democrática do Congo). Por motivo de imprecisão os designados “congos” podiam receber em apêndices o termo “congo norte”, que por sua vez também representava os “cabinda”, que eram os escravizados escoados pelo logo ao Norte do rio Zaire, na região do Congo Norte no séc. XIX, pela área contida entre o Cabo Lopez e a foz do rio Zaire.

Aos cativos vindos da região central da África sob o mando dos portugueses, correspondente à Angola moderna, a percorrer do vale do rio Kuanza até Cassanje, atribuí-se o termo “angola”. Esses escravos eram enviados comumente de Luanda e barracões próximos ou de Ambriz para o norte, em especial na década de 1840 com a pressão de frotas navais inglesas.

Os “cassanje”, por sua vez, eram os indivíduos trazidos da regia de mesmo nome que fazia fronteira com o rio Kuanza, local que possuía um importante entreposto para para o tráfico entre o interior de Angola e Luanda. Por ser este um lugar de intensidade no comercio escravista, é provável também que o termo “cassanje” aglutine diversas populações, como os “lunda- tchokwe”, povos que possuíam diferenças linguísticas dos falantes quibundos encontrados na costa¹⁸. Ao sul de Angola temos os “benguela”, que possuíam tal qualificação por conta do porto, de mesmo nome, ao qual eram embarcados. Etnicamente esses indivíduos em sua maior parte pertenciam aos povos “ovimbundos” pertencentes ao planalto Sul de Angola.

No recorte oriental do continente africano temos os “moçambiques”, que assim como outros apresentados acima, receberam o nome do porto de embarque da ilha que foi uma antiga colônia portuguesa. Karasch nos traz a informação de que no séc. XIX no Rio de Janeiro os creditados como “moçambique” não vieram somente da área setentrional da atual Moçambique, mas além disso, de regiões ao

18 KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p.56.

norte desde o Quênia. Dos grupos étnicos mais conhecidos traficados por este porto estavam os “macuas”, vindos do interior da ilha¹⁹.

Os “são tomé” são provindos da ilha de mesmo nome localizada na costa da África Ocidental, esse recorte espacial possuía um importante papel no tráfico atlântico, por ser ele no século XVI, um significativo entreposto para a venda de escravizados, especialmente provenientes do Reino do Congo²⁰. O que reforça ainda mais a fala que atribui as designações através porto de embarque.

Tabela 1.1: Gênero dos escravos inventariados, 1800-1840

	N	%
Total	4969	100,0%
homem	2607	52,5%
mulher	2276	45,8%
não inf./ não identificado	86	1,7%

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE

A coleta dos dados nos fornece a distinção entre os gêneros na escravaria sergipana, onde do total de 4969 escravizados encontrados temos a incidência de 52,5% de homens sobre 45,8% de mulheres, com apenas 1,7% dos indivíduos não identificados, essa parcela não identificada se deve por conta da deterioração da documentação. No sistema escravista firmado no Mundo Atlântico observa-se como característica a irregularidade entre os gêneros, onde a contagem numérica de homens é claramente maior que a de mulheres²¹. Ao separar nativos e africanos, quanto aos índices dos gêneros, é notável um maior equilíbrio entre os nativos do que entre os africanos, algo que pode ser explicado pela reprodução interna em

19 Idem, pp.50-66.

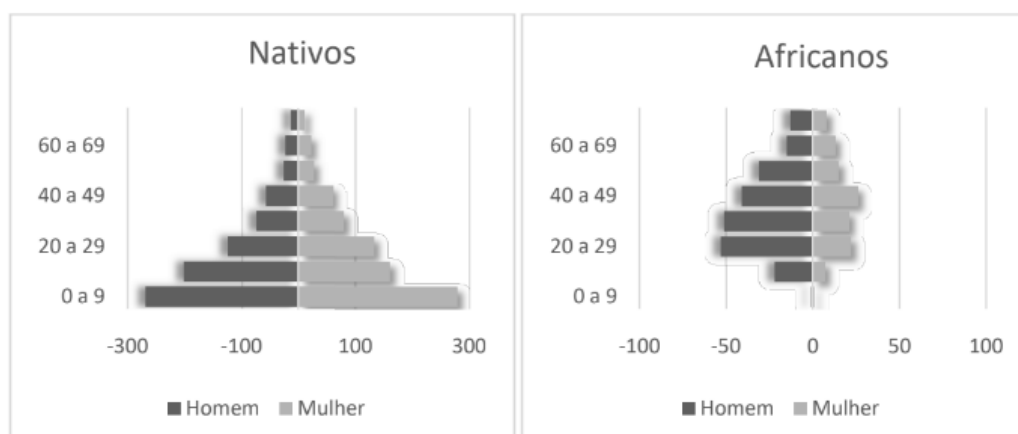
20 SANTOS, Jocineide Cunha dos. Negros(as) e da Guiné e de Angola: Nações africanas em Sergipe (1720- 1835). Tese de Doutorado (História). Salvador: UFBA, 2014, p.220.

21 SCHWARTZ, Stuart B. “Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.”

Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

detrimento a preferência do mercado escravista por homens africanos. Afirmação visualizada no gráfico a seguir.

Gráfico 1.0: Pirâmides da população escrava, 1800-40



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Com o gráfico 1.0 apresentam-se as pirâmides da população escrava delimitando os gêneros e idades de nativos e africanos, onde podemos observar uma maior proximidade de idades quanto aos gêneros entre os nativos e uma disparidade entre africanos por todos os ciclos vitais.

Tabela 1.2: Grupos etários dos escravos inventariados, 1800-1840

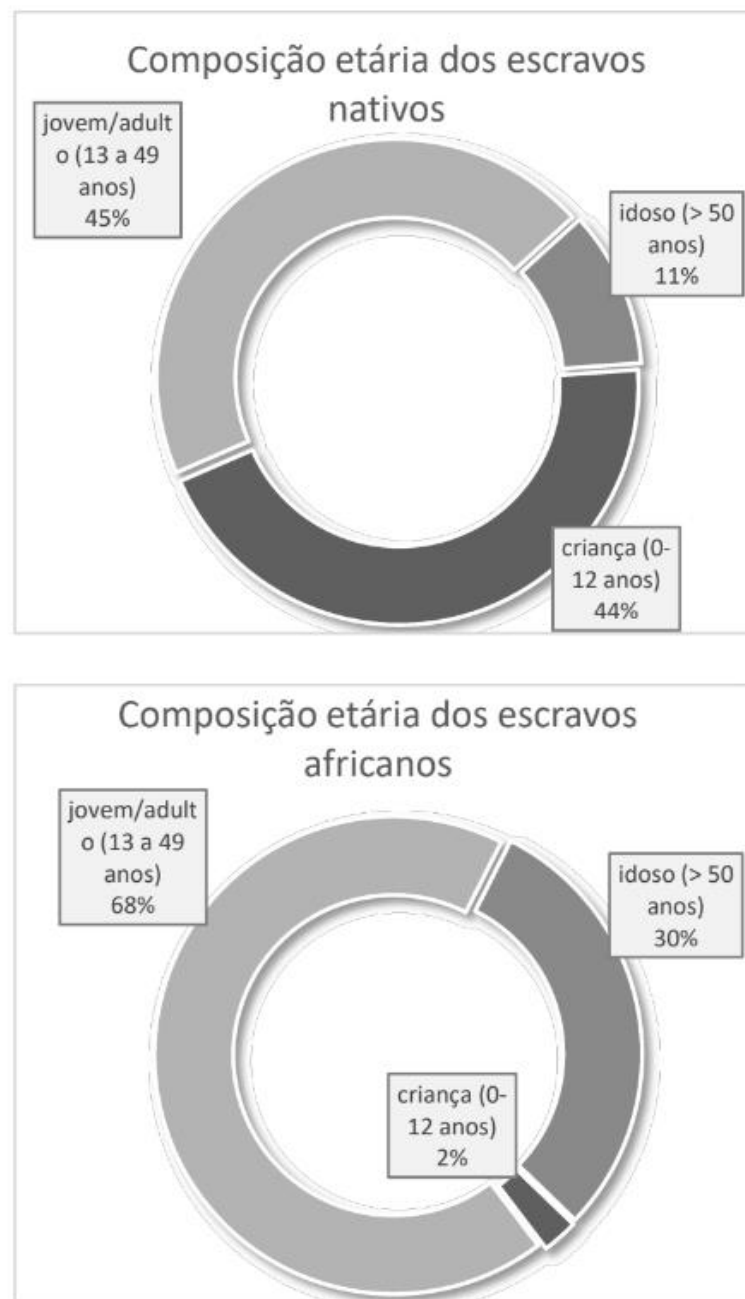
	N	%
Total	4969	100,0%
criança (0-12 anos)	1224	24,6%
jovem/adulto (13 a 49 anos)	1478	29,7%
idoso (> 50 anos)	516	10,4%
s/inf.	1751	35,2%

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Com a tabela 1.2 temos os extratos etários dos escravos encontrados nos inventários post-mortem de Sergipe entre 1800 e 1840, tem em sua maior porcentagem o grupo dos “Sem informação” (35,2%), seguido pelo extrato “Jovem/Adulto” (29,7%), “Criança” (0-12 anos) e por fim “Idoso” (>50 anos). Os itens apresentados pela tabela também versam sobre o quesito idade produtiva, dentre os identificados o componente Jovem/adulto desponta com a maior porcentagem

pelo fato desses indivíduos estarem no início ou ápice da atividade laboral, algo importante para as unidades produtoras ao qual estavam inseridos.

Grafico 1.1

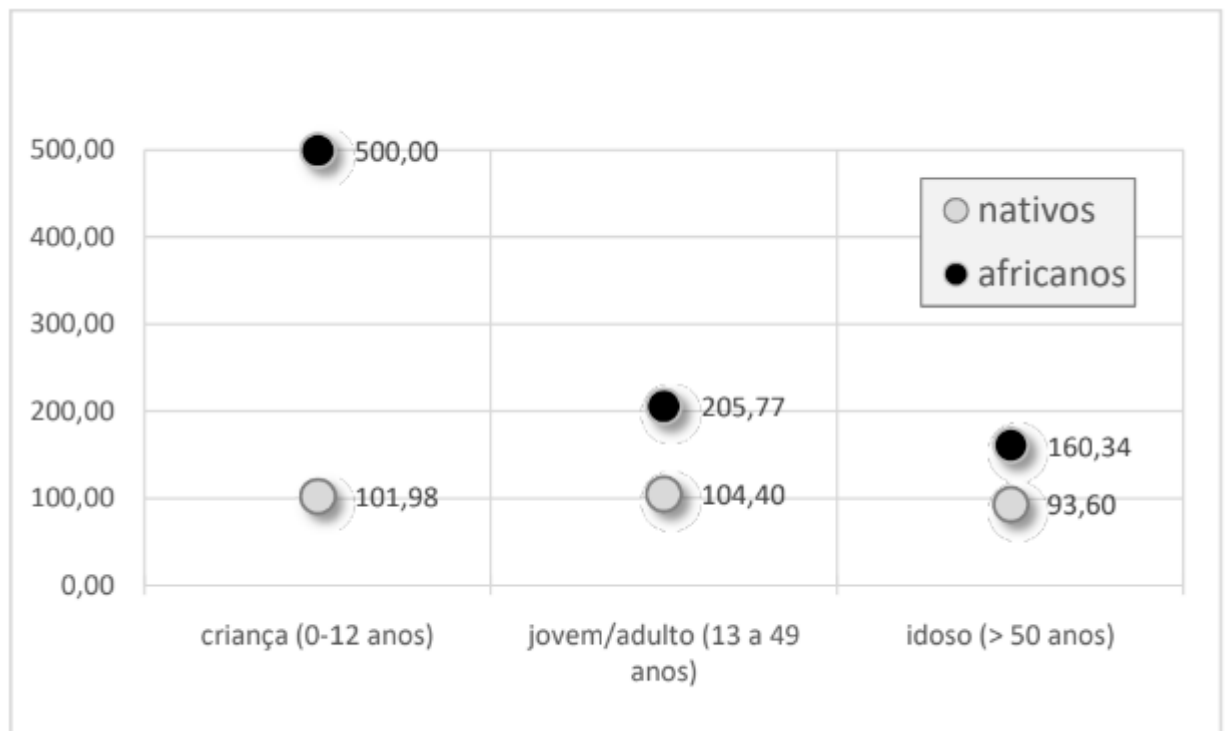


Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Ao detalharmos a tabela 1.2 chegamos ao gráfico 1.1, obtendo a composição etária dos escravos nativos e africanos, apresentando a porcentagem do recorte infantil dos 0 aos 12 anos maior entre os nativos (44%)

do que entre os africanos (2%), dados que reforçam a percepção da reprodução interna em Sergipe.

Figura 1.0: Razão de sexo, por origem



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

A razão de sexo é o número de homens para cada 100 mulheres. Quanto mais próximo a 100, mais equilibrada a proporção entre os sexos. Taxas superiores a 100, como as da figura 1.0, significam maioria masculina, o que é o padrão das populações escravas no Brasil, principalmente entre os africanos. Sobre o recorte “jovem/adulto”, relacionado aos africanos, temos a visualização da preferência por homens pelo mercado escravista atlântico, tamanha sua predisposição à atividade laboral, como apontamos através da tabela 1.2.

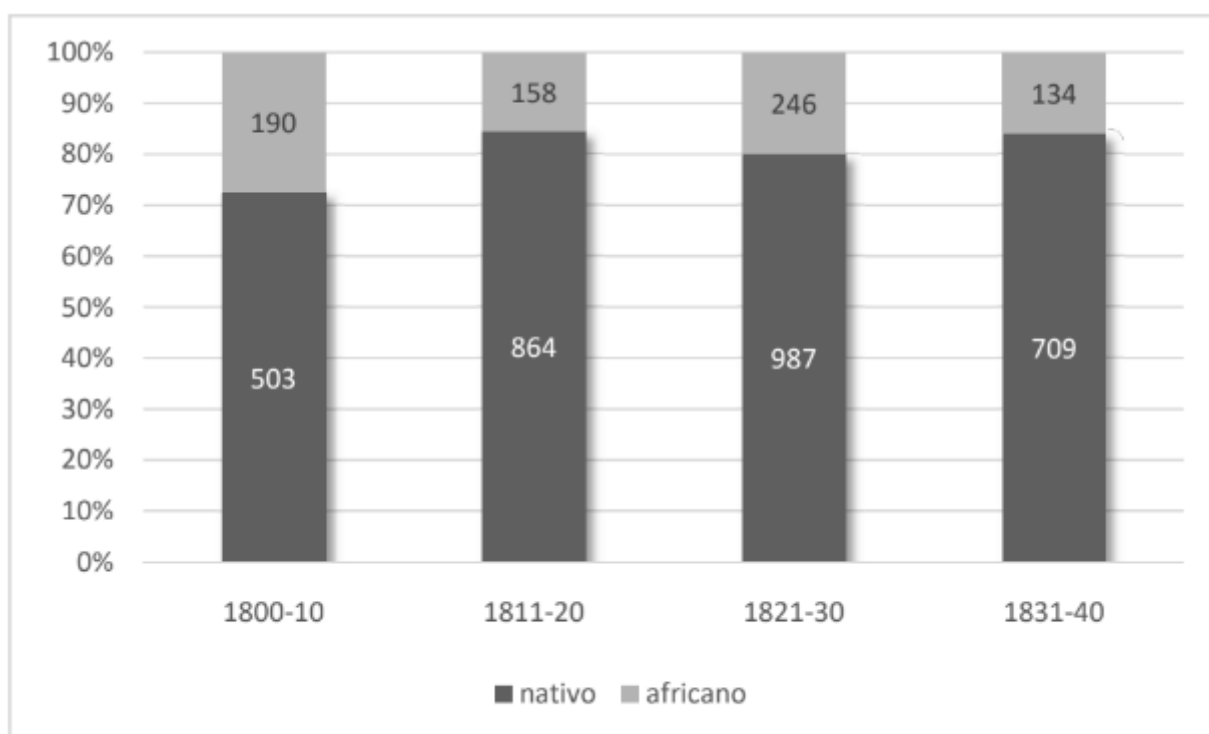
Tabela 1.4: Origem dos escravos inventariados, 1800-1840

	N	%
Total	4969	100,0%
nativo	3063	61,6%
africano	728	14,7%
não inf./ não identificado	1178	23,7%

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Com a tabela 1.4 temos os números diferenciados entre nativos (61,6%) e africanos (14,7%) na escravaria sergipana no recorte temporal de 1800 a 1840.

Gráfico 1.2: Origem dos escravos - por década (% dos casos conhecidos)



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Com o Gráfico 1.2 temos a visualização dos números quanto as origens dos escravos subtraindo os não informados/não identificados, o que reforça as

afirmações trazidas na tabela 1.0 acerca das diferenciações entre nativos e africanos contidos no recorte temporal apresentado na pesquisa. Onde em todos os recortes a porcentagem de nativos se faz superior ao de africanos, o que demonstra a menor participação destes nos plantéis sergipanos.

Tabela 1.5: Extensão dos laços familiares entre escravos de Sergipe, 1800-1840

	N	
Escravos casados	359	
Escravos casados e com filhos	107	
Mães ou pais sem um casal, mas acompanhados dos filhos	235	
Crianças com ambos ou um dos pais	698	
Total de escravos ligados por laços nucleares de parentesco	1399 (28,15% do total)	

	N	%
Escravos separados do cônjuge na partilha	62	13,30%
Filhos separados do(s) pais/mãe na partilha	322	46,13%

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

continuidades e dispersões familiares dos escravos. Os números ímpares nos tópicos “Escravos casados” (359) e “Escravos casados e com filhos” (107) deve-se ao fato de no ato de produção do inventário terem sido aplicados na descrição desses indivíduos a condição de casados, sem a apresentação dos seus cônjuges. Com tal questão percebe-se o casamento de cativos pertencentes a escravarias diferentes como uma possibilidade.

Com os dados trazidos pela tabela em questão é nos apresentada a preocupação da família escrava trazido por Graça Filho ET ali no contexto mineiro compreendido entre 1743 e 1850 no momento da partilha. Com o número de “Filhos separados do(s) pais/mãe na partilha” (46,13%) maior que o número de “Escravos separados do cônjuge na partilha” (13%).

Como um elemento dotado de tensões, a família escrava é apresentada em óticas distintas, porém não excludentes uma à outra. Em um viés temos uma análise onde a família escrava é apresentada como um polo de resistência, que propiciava

aos indivíduos em cativeiro a construção de redes de solidariedade e as estruturas físicas e psicológicas necessárias para a conquista da libertação²². Por outro lado, temos leituras que apontam para esse arranjo como mais um mecanismo de controle, que ao propiciar certas regalias àqueles que contraíam núpcias, ampliava o poder senhorial e amenizava o potencial de revoltas²³. Algo que versava as preocupações nas grandes propriedades. E para falar sobre família escrava é preciso pensar no sistema de transição de bens, momento onde essa instituição tão frágil, que é a família escrava, poderia ser desfeita com a partilha de bens.

O sistema de transmissão de bens portugueses, que tinha diferentes modos operante para nobres e plebeus, onde para os aristocratas ocorria a indissociabilidade da herança para o primogênito, e para o “povo” a divisão igualitária, na colônia foi contemporizada pela divisão igualitária dos bens com as práticas de herança preferencial. Porém com o advento da “terça” temos um artifício de manutenção de desigualdades no momento da partilha, visto que esse elemento legava a terça parte do montante a um herdeiro em detrimento dos demais²⁴.

As preocupações acerca do momento da partilha estavam presentes no seio da família escrava, isto é um fato, porém com o trabalho de Graça Filho et ali, é apresentado uma dinâmica que através das informações colhidas, mostra que nos processos de partilha, a separação familiar, quando ocorria, se dava em sua grande maioria entre pais e filhos, do que entre marido e mulher²⁵. Mesmo em um recorte espacial distinto ao nosso, tais informações apresentam à complexidade das relações sociais no contexto escravista. Senhor e escravo, personagens alocados em lugares distintos de um tecido social, desenvolvem suas interações no âmbito privado, interações essas que se dão dentro de uma consensualidade, salientando,

22 SANTOS, Jocineide Cunha dos. Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social como requisito básico para a obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia. Salvador- Bahia, p. 118, 2004.

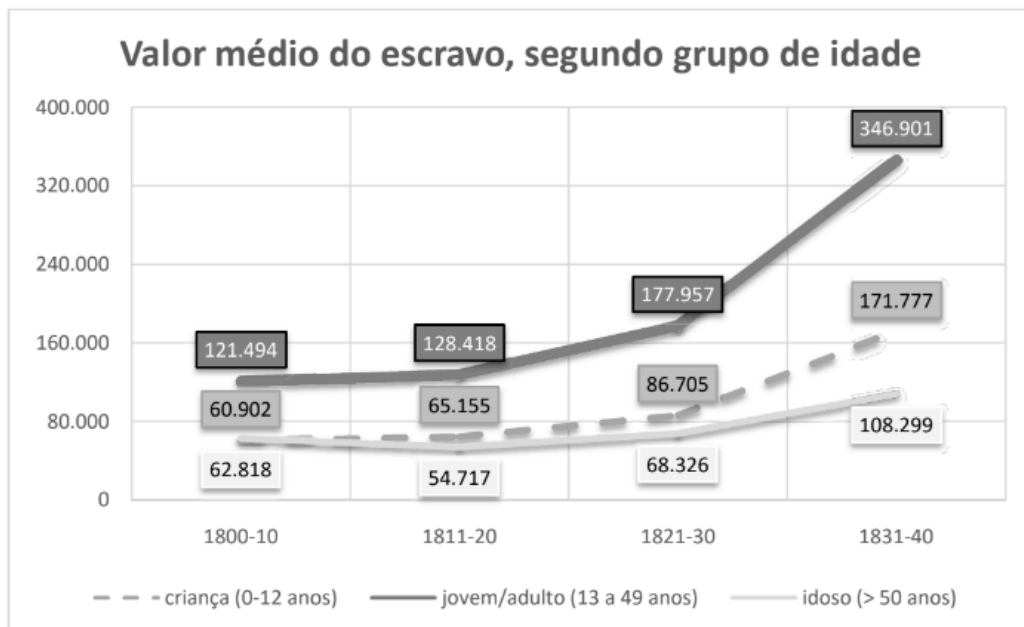
23 GRAÇA FILHO, Alancaster et ali. Família escrava em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento O caso de São José dos Rio das Morte, 1743-1850. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, p.186, Jan./Jun. 2007.

24 PEDROZA, Manoela. Engenhocas das moral Redes de parantela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Arquivo nacional, Rio de Janeiro, p. 98-100, 2011.

25 GRAÇA FILHO, Alancaster et ali. Família escrava em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento O caso de São José dos Rio das Mortes, 1743-1850. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.23, nº37, p. 190, Jan/Jun 2007.

porém, o lugar de vulnerabilidade dos indivíduos em cativeiro, onde o trânsito entre esses agentes estava calcado nos costumes e não na legislação.

Gráfico 1.3

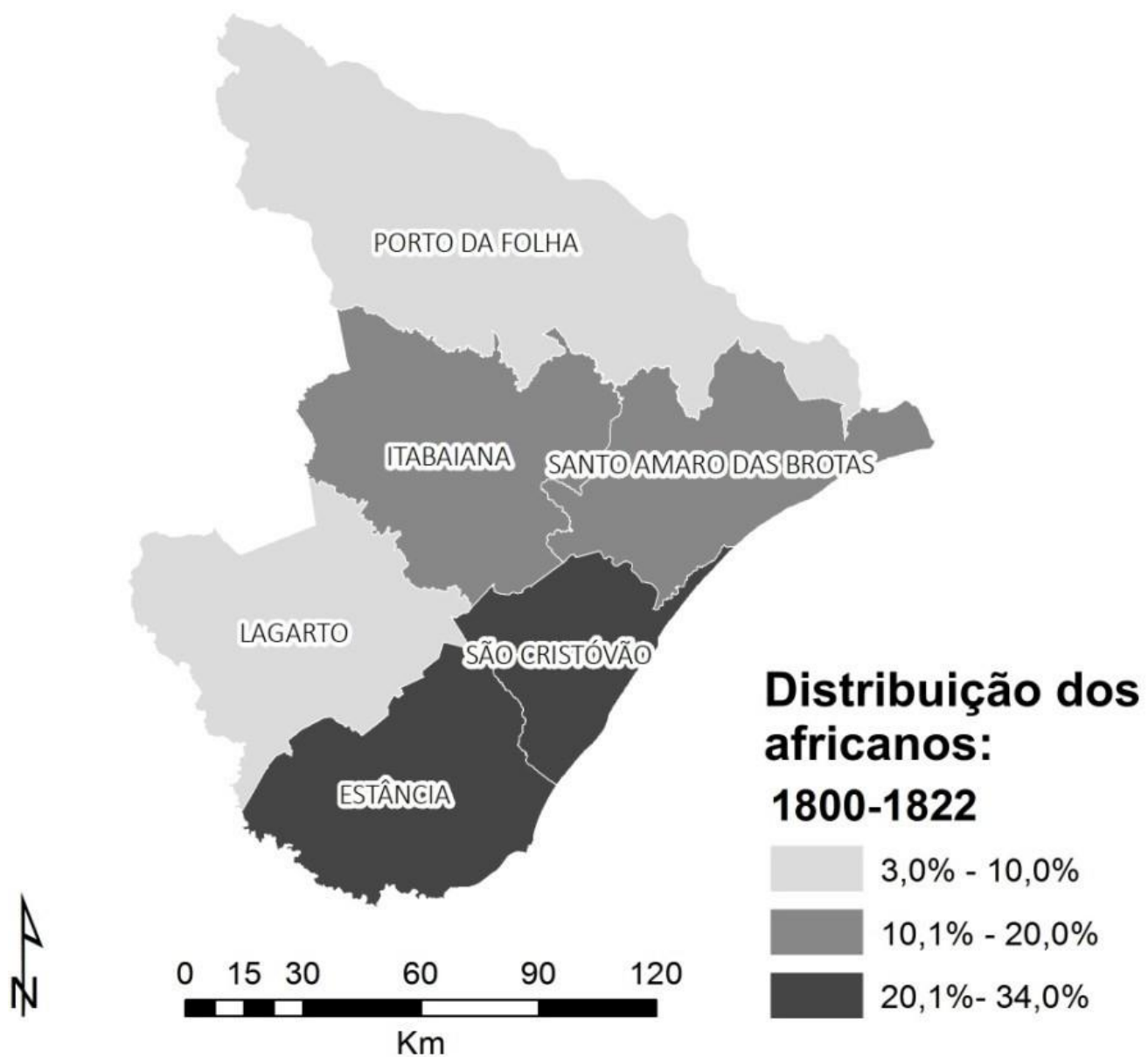


Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

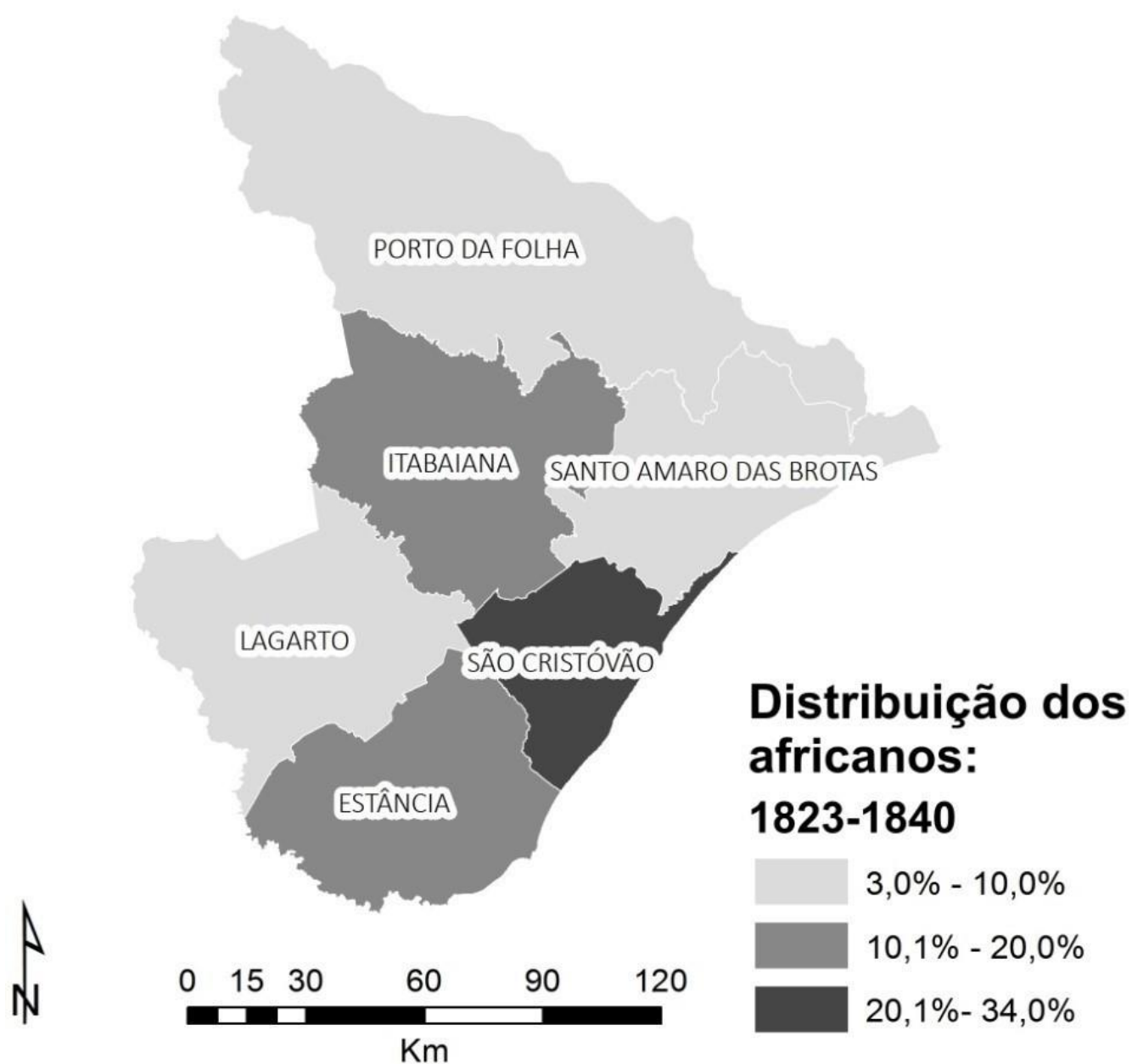
Com o gráfico 1.3 temos o valor médio do escravo tendo como referencial sua idade. Focando no substrato “jovem/adulto” (13 a 49 anos) que possuem os maiores valores, podemos perceber o quanto a questão etária influi nos valores atribuídos aos indivíduos escravizados, pois é nesse substrato que se encontram os sujeitos que estão no início ou no ápice da produção, como apresentamos anteriormente. Vemos na subida de preços mais incisiva entre os decênios de 1811-20 e 1831-40 como as leis de abolição ao tráfico alteraram os valores do mercado escravista no contexto sergipano da primeira metade do século XIX. Com o lembrete de não possuir Sergipe um porto atlântico, onde a alimentação do mercado escravista sergipano se dava através de Salvador²⁶

26 SANTOS, Jocineide Cunha dos. Negros(as) da Guiné e de angola: Nações africanas em sergipe (1720- 1835). Tese de Doutorado (História). Salvador: UFBA, 2014, p.110.

Mapa 1.1: Distribuição dos africanos de 1800-1822



Mapa 1.2: Distribuição dos africanos 1823-1840



Com os Mapas 1.1 e 1.2 temos a distribuição dos africanos entre 1800- 1822 e 1823-1840 respectivamente, esse recorte se dá por conta da independência do Brasil ocorrida em 1822, marco que situa o contexto sergipano no âmbito nacional. Através dos mapas é possível verificar a maior concentração de cativos africanos no primeiro recorte em Estância e São Cristóvão e no segundo despontando São Cristóvão.

A região de Estância alocava tanto áreas voltadas para artigos de abastecimento como também um entreposto onde desembarcavam cativos vindos da Bahia, demonstrado na porcentagem que flutua entre 20,1% e 34% no primeiro recorte do mapa 1.1, e no segundo momento chegando a concentração de 10,1% a 20% demonstrado no mapa 1.2.

São Cristóvão por sua importância de centro político-administrativo da província e o local de maior número de engenhos em terras sergipanas onde o acesso à escravos, ainda que em pequenas posses foi disseminado²⁷. Algo perceptível pela manutenção da concentração entre 20,1% e 34% nos dois mapas.

As demais regiões onde visualizamos uma menor concentração de africanos podemos caracteriza-las pela diversidade na agroindústria, direcionadas para o sustento, com propriedades limitadas para o mercado interno.

O número de escravizados nativos se fez maior que o de africanos, e com a maior concentração de crianças de 0 a 12 anos na composição etária, e a maior equilíbrio na composição dos gêneros, é perceptível ao contexto sergipano a sugestível reprodução interna das suas escravarias no recorte temporal delimitado. Quanto aos africanos, é apurado dentro das designações apresentadas, o grupo que detém o maior número de indivíduos são os “angolas”.

Verifica-se a relações de preço e idade aplicadas aos cativos, e as possíveis semelhanças com o exemplo trazido por Graça e Filho et ali com a maior porcentagem de filhos separados dos pais no momento da partilha. E por fim São

27 SANTOS, Jocineide Cunha dos. Negros(as) da Guiné e de angola: Nações africanas em sergipe (1720- 1835). Tese de Doutorado (História). Salvador: UFBA, 2014, cap. 1.

Cristóvão e Estância, como localidades detetoras da maior concentração de africanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURN, Robin Black. Por quê segunda escravidão, in *Escravidão capitalismo histórico no século XIX Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Org. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, ed. 1º, cap. 1, 2016.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GRAÇA FILHO, Alancaster et ali. *Família escrava em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento O caso de São José dos Rio das Mortes, 1743-1850*. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.23, nº37, p. 184-207, Jan/Jun 2007.

LIBBY, D. C. *A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX*. In: Paiva, E. F.; Ivo, I. P.; Martins, I. C. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p.41-62.

MATOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder, conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Vício de leitura: Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1998.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero- América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.205.

PEDROZA, Manoela. Engenhocas das moral Redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Arquivo nacional, Rio de Janeiro, 2011.

REIS, João José. Rebeliões escravas no Brasil: A história dos levantes dos Malês em 1835. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

SANTOS, Jocineide Cunha dos. Negros(as)e da Guiné e de angola: Nações africanas em Sergipe (1720-1835). Tese de Doutorado (História). Salvador: UFBA, 2014

SANTOS, Jocineide Cunha dos. Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850- 1888). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social como requisito básico para a obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

SANTOS, Lourival Santana. A produção do espaço agrário sergipano: estruturação e arranjos (1850-1925). Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia como requisito básico para a obtenção do título de Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. "Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835." Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VALENTIN, Agnaldo et ali. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários post mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. História (São Paulo) v.32, n.2, p. 139-162, jul./dez. 2013.

VILAÇA, Olanda. Podemos conhecer os patrimônios móveis através dos inventários orfanológicos? os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII- XIX). Universidade de Coimbra, p. 237-250,2017.

WEALTH AND SLAVERY IN SERGIPE DEL REY (1800-1840): WORK AND HERITAGE DURING THE RISE OF SUGAR PLANTATION

Abstract: The Captaincy of Sergipe Del Rei, in its early days, based its economy on the food supply sector, focusing on the production of flour, cassava, and cattle raising, with its main export market being the City of Bahia (Salvador). Sergipe's entry into the sugar economy occurred belatedly, with the first sugar mills emerging in the 16th and 17th centuries, but it was only in the second half of the 18th century that this activity became consolidated. This paper aims to outline an overview of the composition and distribution of wealth in the Captaincy of Sergipe Del Rei, as well as to analyze the main characteristics of the workforce employed in the various economic activities developed in the region. These points will be addressed in line with the development of the local economy, aligned with the expansion of global markets from the late 18th century through the 19th century.

Keywords: Wealth; slavery; post-mortem inventories; slave labor.